

Brasil Plural
Corretora de
Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante		225.162	200.174	Circulante		163.464	137.688
Disponibilidades	4	246	297	Outras obrigações		163.464	137.688
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	45.440	33.513	Sociais e estatutárias		497	2.204
Aplicações em depósitos interfinanceiros		45.440	33.513	Fiscais e previdenciárias		981	1.080
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	21.922	46.108	Negociação e intermediação de valores	8	154.957	131.056
Carteira própria		2.908	1.131	Diversas		7.029	3.348
Vinculados à prestação de garantia		19.014	44.977	Exigível a longo prazo		337	192
Outros créditos		157.396	120.048	Outras obrigações	13	337	192
Rendas a receber		381	360	Diversas		337	23
Negociação e intermediação de valores	8	151.313	117.578	Fiscais e previdenciárias		-	169
Diversos	9	5.702	2.110	Patrimônio líquido	14	79.179	77.849
Outros valores e bens		158	208	Capital social		58.725	58.725
Despesas antecipadas		158	208	Reservas de lucros		20.454	19.124
Realizável a longo prazo		17.818	15.555				
Outros créditos		6.421	7.137				
Diversos	9	6.421	7.137				
Imobilizado	10	1.377	-				
Instalações, móveis, equipamentos e outros		1.427	-				
(Depreciação acumulada)		(50)	-				
Intangível	11	10.020	8.418				
Softwares		3.134	3.134				
Benfeitorias		3.345	-				
(Amortização acumulada)		(2.726)	(2.195)				
Ágio na aquisição de investimentos		12.129	12.129				
(Amortização acumulada)		(5.862)	(4.650)				
Total do ativo		242.980	215.729	Total do passivo e patrimônio líquido		242.980	215.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto, lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Semestre	2017	2016
Receitas de intermediação financeira				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7	3.265	7.511	8.711
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(17)	(42)	(197)
Resultado de operações de câmbio		-	-	13
Resultado bruto da intermediação financeira		3.248	7.469	8.527
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(11.141)</u>	<u>(3.785)</u>	<u>9.083</u>
Receitas de prestação de serviços	15.a	22.953	46.067	45.575
Despesas de pessoal	15.b	(7.219)	(12.383)	(10.408)
Outras despesas administrativas	15.c	(21.841)	(30.057)	(16.792)
Despesas tributárias	15.d	(2.400)	(4.808)	(4.854)
Outras receitas operacionais	16.b	1.418	3.562	2.244
Depreciação e amortização	10 e 11	(1.019)	(1.794)	(1.699)
Outras despesas operacionais	16.a	(3.033)	(4.372)	(4.983)
Resultado operacional		(7.893)	3.684	17.610
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>(7.893)</u>	<u>3.684</u>	<u>17.610</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>3.477</u>	<u>(1.550)</u>	<u>(6.791)</u>
Provisão para imposto de renda	12.1	1.387	(526)	(2.219)
Provisão para contribuição social	12.1	1.124	(454)	(1.839)
Provisões para ativo/passivo diferido	12.2	966	(570)	(2.733)
Participações dos empregados no resultado	18	(497)	(804)	(2.998)
(Prejuízo) do semestre / Lucro líquido do exercício		<u>(4.913)</u>	<u>1.330</u>	<u>7.821</u>
Quantidade de ações		<u>78.087.397</u>	<u>78.087.397</u>	<u>78.087.397</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>(0,0629)</u>	<u>0,0170</u>	<u>0,1001</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Lucros	Lucro/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2016	<u>58.725</u>	<u>11.303</u>	<u>-</u>	<u>70.028</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	7.821	7.821
Reserva Legal	-	391	(391)	-
Reserva Estatutária	-	7.430	(7.430)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>58.725</u>	<u>19.124</u>	<u>-</u>	<u>77.849</u>
Mutações do exercício	-	7.821	-	7.821
Saldos em 1 de julho de 2017	<u>58.725</u>	<u>25.367</u>	<u>-</u>	<u>84.092</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	(4.913)	(4.913)
Reserva Legal	-	(245)	245	-
Reserva Estatutária	-	(4.668)	4.668	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>58.725</u>	<u>20.454</u>	<u>-</u>	<u>79.179</u>
Mutações do semestre	-	(4.913)	-	(4.913)
Saldos em 1 de janeiro de 2017	<u>58.725</u>	<u>19.124</u>	<u>-</u>	<u>77.849</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	1.330	1.330
Reserva Legal	-	67	(67)	-
Reserva Estatutária	-	1.263	(1.263)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>58.725</u>	<u>20.454</u>	<u>-</u>	<u>79.179</u>
Mutações do exercício	-	1.330	-	1.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Semestre	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do semestre / Lucro líquido do exercício	(4.913)	1.330	7.821
Ajustes do lucro do exercício com o caixa gerado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social	(2.511)	980	4.058
Crédito tributário	(966)	570	2.733
Depreciação e amortização	1.019	1.794	1.699
Participação dos empregados	497	804	2.998
Variação de ativos e obrigações			
Redução / (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros deriv	(4.105)	24.187	257
Redução / (Aumento) em outros créditos	13.541	(37.202)	10.278
Redução / (Aumento) de outros valores e bens	85	48	61
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(17.037)	27.932	(10.112)
Impostos pagos	(529)	(3.795)	(3.754)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(14.919)	16.648	16.039
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível	(3.345)	(3.345)	(1.000)
Aquisição de imobilizado	(1.427)	(1.427)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.772)	(4.772)	(1.000)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(19.691)	11.876	15.039
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	65.377	33.810	18.771
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	45.686	45.686	33.810
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(19.691)	11.876	15.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Brasil Plural Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”) atua no mercado de câmbio títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros, no balcão e na BM&F Bovespa, CETIP e SELIC. A partir de dezembro de 2010 a prestação de serviços de intermediação no segmento BM&F da BM&F Bovespa passou a ser direta em função da obtenção de direito de negociação irrestrita.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, instituído pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 26 de março de 2018.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata dia* para as de natureza financeira.

d. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As ações de companhias abertas são registradas pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, ajustados pela valorização da cotação média do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa. Os resultados das operações constituídos dos ajustes por variações são reconhecidos diariamente no resultado e estão apresentados nas demonstrações do resultado.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

g. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são contabilizadas da seguinte forma:

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas.

Os prêmios pagos ou recebidos nas operações realizadas no mercado de opções são registrados em contas patrimoniais pelos valores efetivamente pagos ou recebidos e ajustados a mercado em contrapartida do resultado. Os valores de referência desses contratos são registrados em contas de compensação.

h. Imobilizado de uso / intangível

- O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e ajustado pela depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens à taxa de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e 10% a.a. para as demais contas.
- O intangível está representado por software e benfeitorias em imóveis de terceiros, sendo amortizados à taxa de 20% a.a. e ágio de incorporação da Holding Flow Ltda. (Nota 11). O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

i. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos em 31 de dezembro de 2017, a Corretora concluiu que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

j1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j2. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j3. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

l. Lucro líquido / prejuízo por ação

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é, quando devida, constituída mensalmente com base nos rendimentos tributáveis, à alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é, quando devida, constituída à alíquota de 20% apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

n. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

o. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	246	297
Caixa	3	3
Depósitos bancários	243	294
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	45.440	33.513
Total caixa e equivalente de caixa	45.686	33.810

5 Garantias

a. Segmento BM&F

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor exigido pela BM&F	Depósito efetuado	Valor exigido pela BM&F	Depósito efetuado
Fundo de liquidação operacional	-	-	8.700	8.700
Carta de Fiança Banco ABC Brasil	-	-	8.700	8.700
Garantias Mínimas não Operacionais	-	-	6.000	6.000
Carta de Fiança Banco ABC Brasil	-	-	6.000	6.000
Total	-	-	14.700	14.700
	-	-		

b. Segmento Bovespa

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor exigido BM&FBovespa	Depósito efetuado	Valor exigido BM&FBovespa	Depósito efetuado
Garantia de Operação com Carteira Própria				
Letras Financeiras do Tesouro	1.736	1.736	143	144
Garantia do Limite Operacional				
Letras Financeiras do Tesouro	93	93	36.319	38.349
Garantia do Fundo de Liquidação				
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	3.118	3.132
Garantia Operações Formador de Mercado				
Letras Financeiras do Tesouro	2.024	2.024	3.339	3.352
Cotas de Fundos de Investimentos				
Fundo Invest.Liquidez da Camara BM&Fbovespa (FILC)	15.161	15.161	-	-
Total	19.014	19.014	42.919	44.977

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

Posição Bancada	31/12/2017	31/12/2016
Até 90 dias		
Certificado de Depósito Interfinanceiro	45.440	33.513

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimento em 03 de janeiro de 2018.

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados na categoria de títulos para negociação.

	31/12/2017			
	Valor de custo	Valor de mercado	Sem vencimento/ até 360 dias	Com vencimento/ acima 360 dias
Títulos para negociação				
Títulos de Renda Variável	2.896	2.900	2.900	-
Ações de companhias abertas	231	235	235	-
Recebimentos por empréstimos	2.665	2.665	2.665	-
Vinculados a Prestação de Garantias (a)	19.014	19.014	19.014	-
Títulos de Renda Fixa				
Letras Financeiras do Tesouro	3.853	3.853	3.853	-
Fundo Invest.Liquidez da Camara BM&Fbovespa (FILC)	15.161	15.161	15.161	-
Cotas de fundos	8	8	8	-
FII Polo CRI	8	8	8	-
Total	21.918	21.922	21.922	-
	31/12/2016			
	Valor de custo	Valor de mercado	Sem vencimento/ até 360 dias	Com vencimento/ acima 360 dias
Títulos para negociação				
Títulos de Renda Variável	1.147	1.126	1.126	-
Ações de companhias abertas	682	661	661	-
Recebimentos por empréstimos	465	465	465	-
Vinculados a Prestação de Garantias (a)	45.004	44.977	44.977	-
Títulos de Renda Fixa				
Letras Financeiras do Tesouro	45.004	44.977	44.977	-
Cotas de fundos	5	5	5	-
FII Polo CRI	5	5	5	-
Total	46.156	46.108	46.108	-

- (a) Em 2017 e 2016, os títulos encontram-se depositados em garantia de operações, de acordo com composição da Nota 5 e atendem aos preceitos da Circular Bacen 3.068, inclusive quanto a intenção de negociação, conforme prática descrita na Nota 3.f.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F, CETIP e SELIC.

O resultado com títulos e valores mobiliários atribuídos as operações da Corretora em títulos públicos e renda variável no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi lucro de R\$ 7.511 (lucro de R\$ 8.711 em 2016).

Os resultados alcançados com derivativos nos exercícios foram:

	Semestre	2017	2016
Futuros	(16)	(41)	(173)
Opções	(1)	(1)	(23)
Termo	-	-	(1)
Total	<u>(17)</u>	<u>(42)</u>	<u>(197)</u>

8 Negociação e intermediação de valores

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Devedores conta de liquidação pendentes	114.636	117.578
Caixa de registro e liquidação	36.677	-
	<u>151.313</u>	<u>117.578</u>
Passivo		
Caixa de registro e liquidação	1.099	58.718
Credores conta de liquidação pendentes	151.015	71.304
Credores por empréstimos de ações	2.666	465
Outras obrigações por negociação	177	569
	<u>154.957</u>	<u>131.056</u>

Referem-se a valores a liquidar com clientes e instituições do mercado pelas operações realizadas nos últimos pregões na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, cuja liquidação ocorre em até três dias úteis.

9 Outros créditos - Diversos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos	35	98
Créditos tributários (nota 12)	6.325	6.894
Depósitos em garantia	285	322
Impostos a compensar	3.042	305
Sociedades ligadas (nota 17)	2.139	1.613
Diversos	297	15
	<u>12.123</u>	<u>9.247</u>
Circulante	5.702	2.110
Realizável a longo prazo	6.421	7.137

10 Imobilizado

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Movimentação				Saldo 31/12/2017
		Saldo 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Instalações, móveis e equipamentos		-	716	-	-	716
(-) Depreciação acumulada	10%	-	-	-	(22)	(22)
Equipamento de processamento de dados		-	711	-	-	711
(-) Depreciação acumulada	20%	-	-	-	(28)	(28)
Total		<u>-</u>	<u>1.427</u>	<u>-</u>	<u>(50)</u>	<u>1.377</u>

11 Intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	Movimentação				Saldo 31/12/2017
		Saldo 31/12/2016	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		3.134	-	-	-	3.134
Benfeitoria		-	3.345	-	-	3.345
(-) Amortização acumulada	20%	(2.195)	-	-	(531)	(2.726)
Ágio na aquisição de investimento		12.129	-	-	-	12.129
(-) Amortização acumulada		(4.650)	-	-	(1.213)	(5.862)
Total		<u>8.418</u>	<u>3.345</u>	<u>-</u>	<u>(1.744)</u>	<u>10.020</u>

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 31/12/2016
		Saldo 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software		2.134	1.000	-	-	3.134
(Amortização acumulada)	20%	(1.710)	-	-	(485)	(2.195)
Ágio na aquisição de investimento		12.129	-	-	-	12.129
(Amortização acumulada)		(3.436)	-	-	(1.214)	(4.650)
Total		<u>9.177</u>	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>1.699</u>	<u>8.418</u>

Ágio

Como parte do processo de reestruturação societária e de acordo com o protocolo e justificção de 1º de março de 2013, a Brasil Plural Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários incorporou reversamente a Holding Flow Ltda. tendo sido aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de mesma data. O ágio de R\$ 12.129, bem como outros ativos e passivos passaram a compor as demonstrações financeiras da Corretora por ocasião da incorporação. A amortização do ágio será efetuada por 10 anos.

O ágio tem por fundamento a perspectiva de rentabilidade futura da referida Corretora. A avaliação do ágio é revisada com o intuito de avaliar se as circunstâncias indicam que o valor contábil do ativo é recuperável ou não. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a administração não identificou evidências claras de desvalorização e entende que não há ajustes a serem feitos a título de provisão para impairment.

12 Imposto de renda e contribuição social

12.1 Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal.

	2017	2016
Resultado antes da Tributação e Participações	3.684	17.610
Participações dos empregados no resultado	(804)	(2.998)
Lucro antes dos Impostos	2.880	14.612
Ajustes Permanentes	118	19
Outras	118	19
Ajustes Temporários	243	(1.496)
Ajustes temporários sobre produtos	(71)	56
Contingências e Tributos suspensos	313	(79)
PLR - Caixa	-	(1.473)
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	3.241	13.135
Compensação	(972)	(3.941)
Lucro/Prejuízo do Exercício	2.269	9.194
Incentivos Fiscais	17	55
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	14	55
Outros incentivos	3	-
Despesa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.550)	(6.791)
Corrente	(980)	(4.058)
Diferido	(570)	(2.733)

12.2 Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Corretora possui créditos tributários integralmente registrados, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente.

	2017	Compensação	Reversão	Constituição	2016
Ativo fiscal constituído	6.325	(438)	(450)	319	6.894
Prejuízos fiscais	3.761	(244)	-	-	4.005
Base negativa de contribuição social	2.374	(194)	(242)	-	2.810
Ajustes Temporários	190	-	(10)	151	49
Diferenças temporárias MTM	-	-	(198)	168	30
Passivo fiscal constituído	1	-	-	1	-
Diferenças temporárias MTM	1	-	-	1	-

Com base nas projeções de rentabilidade devidamente aprovadas pelos órgãos da administração, a Corretora estima que os créditos tributários, oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados como segue:

Exercício	Saldo prejuízo fiscal / base negativa	Ativo - IRPJ	Ativo - CSLL	Valor presente	Valor presente (selic)
2018	2.323	581	465	979	6,7%
2019	1.697	424	255	581	8,1%
2020	2.396	599	359	759	8,1%
2021	3.169	792	475	928	8,1%
2022	4.039	1.010	606	1.095	8,1%
2023	1.423	356	214	357	8,1%
Total	15.047	3.762	2.374	4.699	

13 Contingências

As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações.

Para as contingências classificadas como “prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica “Provisões para riscos fiscais” e Provisões para passivos contingentes”.

	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis		Outros	
	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão
Em 31 de Dezembro/2016	157	-	153	191	-	-	12	-
<i>Constituições</i>			46	337				
<i>Reversões</i>			85	23				
<i>Atualizações</i>	4		10	10				
<i>Realizações / Pagamentos</i>			-	178			12	
Em 31 de Dezembro/2017	161	-	124	337	-	-	-	-

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos como probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passível.

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Em 31 de Dezembro/2016	1.430	2.307	389
Em 31 de Dezembro/2017	1.449	3.435	3.750

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é R\$ 58.725 está representado por 78.087.397 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e totalmente subscritas e integralizadas, representado pelo controlador Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo.

14.2 Dividendos

Aos acionistas é assegurado pelo Estatuto Social um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor. A Administração optou por não provisionar dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

14.3 Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada semestre na forma prevista nos normativos do Bacen, pela parcela de 5% do lucro líquido do semestre, limitada a 20% do capital social. O montante destinado a este título foi de R\$67 (R\$391 em 2016)

O saldo remanescente do lucro apurado no exercício foi utilizado para constituição de reserva estatutária no valor de R\$1.263 (R\$7.430 em 2016).

15 Resultado operacional

a. Receita de prestação de serviços

	Semestre	2017	2016
Receita de comissão e colocação de títulos	841	915	10
Receita com corretagem em operações na bolsa	18.926	38.339	38.003
Receita de serviços diferenciados	462	1.166	1.885
Receita de administração de fundos de investimento	-	647	1.261
Receita com outros serviços	2.724	5.000	4.416
	<u>22.953</u>	<u>46.067</u>	<u>45.575</u>

b. Despesas de pessoal

	Semestre	2017	2016
Proventos	(4.317)	(6.978)	(5.821)
Encargos sociais	(1.337)	(2.392)	(2.258)
Benefícios e treinamento	(792)	(1.452)	(1.237)
Remuneração de estagiários	(37)	(65)	(27)
Honorários da diretoria	(736)	(1.496)	(1.065)
	<u>(7.219)</u>	<u>(12.383)</u>	<u>(10.408)</u>

c. Outras despesas administrativas

	Semestre	2017	2016
Processamento de dados	(3.460)	(7.097)	(6.856)
Despesas de serviços técnicos especializados (*)	(13.577)	(13.840)	(2.166)
Serviços do sistema financeiro	(2.305)	(5.276)	(5.626)
Comunicação	(537)	(1.152)	(908)
Aluguel	(530)	(545)	(172)
Despesas de viagens no país e exterior	(88)	(146)	(322)
Publicações e promoção relações públicas	(133)	(261)	(273)
Despesas de transportes	(42)	(49)	(40)
Despesas com manutenção e conservação	(290)	(621)	(39)
Outros	(879)	(1.070)	(390)
	<u>(21.841)</u>	<u>(30.057)</u>	<u>(16.792)</u>

(*) Serviços de intermediação para indicações de clientes em operações de títulos e valores mobiliários nos mercados financeiro e de capitais brasileiros, compra, venda, operações de aluguel, bem como outras modalidades de operações admitidas.

d. Despesas tributárias

	Semestre	2017	2016
COFINS	(1.101)	(2.246)	(2.273)
PIS	(179)	(365)	(369)
Impostos Sobre Serviços (ISS)	(965)	(1.997)	(2.007)
Outras	(155)	(200)	(205)
	<u>(2.400)</u>	<u>(4.808)</u>	<u>(4.854)</u>

16 Outras despesas e receitas operacionais

a. Outras despesas operacionais

	Semestre	2017	2016
Transfer pricing (Nota 16) (*)	(1.672)	(2.257)	(311)
Variação cambial	(1.064)	(1.599)	(117)
Custos compartilhados	(14)	(168)	(3.447)
Outras	(283)	(348)	(1.110)
	<u>(3.033)</u>	<u>(4.372)</u>	<u>(4.983)</u>

(*) Refere-se a comissão paga à BP Securities pela operação de clientes indicados por eles em Bolsa brasileira.

b. Outras receitas operacionais

	Semestre	2017	2016
Reversão de provisão (*)	-	1.517	143
Recuperação de encargos e despesas	-	12	3
Transfer pricing (Nota 17) (**)	1.391	1.842	1.855
Outras	27	191	243
	<u>1.418</u>	<u>3.562</u>	<u>2.244</u>

(*) Refere-se a reversão de PLR.

(**) Refere-se a receita recebida da BP Securities pela participação da BP CCTVM na elaboração de informações a clientes americanos sobre ativos brasileiros.

17 Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão apresentadas da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Depósitos à vista	105	135
Depósitos interfinanceiros		
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	45.440	33.513
Negociação e intermediação de valores		
Geração Futuro Corretora de Valores S/A	-	12.746
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	36.677	8.112
Créditos com ligadas		
Geração Futuro Corretora de Valores S/A	378	69
Brasil Plural Securities LLC	1.761	1.544
Passivo		
Negociação e intermediação de valores		
Geração Futuro Corretora de Valores S/A	242	-
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	1.416	-
Obrigações com ligadas		
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	1.062	2.243
Brasil Plural Securities LLC	2.258	-
	31/12/2017	31/12/2016
Resultado		
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.397	2.413
Receita de prestação de serviços		
Geração Futuro Corretora de Valores S/A	1.075	69
Outras receitas operacionais		
Brasil Plural Securities LLC	451	1.855
Outras despesas operacionais		
Brasil Plural Securities LLC	(2.257)	(311)
Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	(535)	(1.203)
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	(1.064)	(2.243)

O pessoal-chave da administração foi remunerado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Proventos	1.496	945
Encargos sociais	336	239
Total	<u>1.832</u>	<u>1.184</u>

A remuneração total dos Diretores durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração não existem outros benefícios de curto prazo.

18 Participações estatutárias

O resultado de participações dos empregados sobre o lucro para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 804 (R\$ 2.998 em 2016).

19 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos mesmos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. - Banco Múltiplo. Desse modo, atua como instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas. Assim, buscamos estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível em forma de políticas no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt-BR/Company/RiskManagement>).

As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras atendem plenamente ao disposto pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e podem ser resumidos, como segue:

a. Risco de mercado

A gestão de **risco de mercado** é responsável por identificar, avaliar, monitorar e mitigar as exposições decorrentes de posições detidas em ações, taxa de juros, câmbio e mercadorias (*commodities*).

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também são utilizados, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (back-testing) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95,0% e um ano de dado histórico. O nível de confiança de 95,0% significa que existe uma possibilidade de uma em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Com isso, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco para os períodos findos em:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Média diária do VaR (R\$ mil)	266	419

O acionista Controlador também monitora o riscos de mercado de sua carteira por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.192/2007 do Banco Central do Brasil.

I. Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n° 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN n° 4.557/2017 e com a circular n° 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- (i) Carteira de negociação (Trading Book): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- (ii) Carteira de não negociação (Banking Book): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado na Carteira de Negociação (Trading), foram realizadas simulações considerando 3 cenários:

Cenário Provável A1		Cenário Provável A2	
IPCA	200	IPCA	(200)
Câmbio	5%	Câmbio	(5)%
Ações	(5)%	Ações	5%
Cenário Eventual B1		Cenário Eventual B2	
IPCA	250	IPCA	(250)
Câmbio	6,25%	Câmbio	(6,25)%
Ações	(6,25)%	Ações	6,25%
Cenário Eventual C1		Cenário Eventual C2	
IPCA	300	IPCA	(300)
Câmbio	7,50%	Câmbio	(7,50)%
Ações	(7,50)%	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

Fator de Risco	Cenário A		Cenário B		Cenário C	
	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado
Ações	Redução	(104)	Redução	(130)	Redução	(156)
Câmbio	Redução	(161)	Redução	(202)	Redução	(242)
IPCA	Aumento	(445)	Aumento	(546)	Aumento	(644)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações, títulos e valores mobiliários e operações atreladas a hedge natural, mitigando a exposição.

b. Risco operacional

O gerenciamento de risco operacional abrange identificação e controle das possibilidades de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Como parte integrante da estrutura de controles internos, o framework de risco operacional é divulgado em política, e prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reportes relacionados aos riscos operacionais, bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. A metodologia utilizada pelo Brasil Plural está em linha com o framework definido nos documentos *Integrated Framework: Application Techniques*, publicado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*; e no *Principles for the Sound Management of Operational Risk*, emitido pelo *Basel Committee on Banking Supervision*.

Outra questão relevante no contexto de risco operacional é o Plano de Continuidade de Negócios onde a estratégia do Brasil Plural é que a empresa se mantenha totalmente operacional, atendendo seus clientes e suas obrigações sem interrupção, ainda que as dimensões da Contingência sejam graves e esta operação seja feita em regime parcial, dado que serão alocados em novos locais um número de profissionais menor que os que realizam as tarefas cotidianas. Não há previsão de redução do nível de controles (mesmo os de Risco e de formalização) das operações que sejam cursadas em situação de Contingência.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 4.557/2017.

c. Risco de crédito

O risco de crédito é interpretado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nas condições acordadas, assim como à desvalorização de contrato de crédito derivado da deterioração na classificação de risco do tomador, à diminuição de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. O gerenciamento de risco de crédito da Instituição possui um processo contínuo e progressivo de mapeamento, desenvolvimento, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, mantendo a integridade e a independência dos processos. A Instituição controla a exposição ao risco de crédito, que decorre principalmente de operações de crédito e instrumentos financeiros derivativos. Ainda, há o risco de crédito em obrigações financeiras relacionadas a compromissos de crédito ou prestação de garantias financeiras. Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de concessão de crédito, concentração, exigência de garantias, prazos, dentre outros.

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pela Política de Gerenciamento de Risco de Crédito e pelo Manual de Crédito que abordam de forma detalhada diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

A política de provisionamento adotada pela Instituição está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Com isso, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como impairment os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações corporate com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

20 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

Patrimônio de Referência	31/12/2017	31/12/2016
Índice de Basileia	14,11%	15,62%
Índice de Basileia Ampliado	14,06%	15,61%
Limite de imobilização	33.655	46.720
Valor da situação para o limite de imobilização	18.140	31.388
Índice de imobilização	26,95%	33,59%
Margem	<u>15.515</u>	<u>15.331</u>
Patrimônio de Referência (PR)	67.310	93.439
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	67.310	93.439
Patrimônio de Referência	31/12/2017	31/12/2016
Total da parcela RBAN	155	53
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	187.854	193.567
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	<u>26.674</u>	<u>170.114</u>
Total da parcela RWACAM	4.022	12.916
Total da parcela RWAJUR [1]	2.142	66.963
Total da parcela RWAJUR [2]	50	7
Total da parcela RWAJUR [3]	14.436	7.711
Total da parcela RWAACS	6.024	82.514
Total da parcela RWAOPAD	<u>262.617</u>	<u>234.402</u>
RWA total (crédito+mercado+operacional)	<u><u>477.146</u></u>	<u><u>598.084</u></u>

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem o indicador básico para mensuração do risco racional.